



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Quadrinhos do personagem *Rango* de Edgar Vasques na revista *O Pasquim*: Uma representação socioeconômica populacional do Brasil em 1974.

Felipe Monteiro Brandão

Brasília, DF
2022

FELIPE MONTEIRO BRANDÃO

Quadrinhos do personagem *Rango* de Edgar Vasques na revista *O Pasquim*: Uma representação socioeconômica populacional do Brasil em 1974.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

**Brasília, DF
2022**

FELIPE MONTEIRO BRANDÃO

Quadrinhos do personagem *Rango* de Edgar Vasques na revista *O Pasquim*: Uma representação socioeconômica populacional do Brasil em 1974.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Brasília – DF, __ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (HIS/ - UnB)

Prof.^a. Ms.^a Paula Franco. (HIS/ - UnB)

Prof. Dr. Daniel Barbosa de Andrade Faria (HIS/ - UnB)

Dedico esse trabalho à minha esposa que acreditou em mim e aos meus pais que com uma vida simples e humilde me mostraram que o ensino é a única fonte que traz a verdadeira riqueza na vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de Brasília e a todo o corpo docente por me proporcionarem anos de estudos, discussões acadêmicas, trocas de conhecimento e principalmente autonomia ao me expressar, agradeço em especial ao meu professor e orientador Doutor Mateus Gamba Torres pela paciência e tempo disponível.

Sou grato as escolas públicas em que estudei, sempre na região administrativa de Santa Maria/DF, a todos os meus professores ao longo do caminho, que acreditaram no ensino em uma região periférica, de pessoas excluídas, sem água encanada, asfalto e baixo desenvolvimento, mas que se dedicaram a fundo para que eu pudesse ter o mínimo que um cidadão merece para a alfabetização e inclusão social.

Também agradeço à minha esposa Werônica Otaviano Dias Brandão, graduada em Psicologia nesta Universidade, que acreditou em meu sonho, me indicou o vestibular, me apoiou nos estudos, e igualmente a ela, hoje sinto esta Universidade como parte de mim.

Por fim, agradeço aos meus pais, José Vieira Brandão e Raimunda Rozilda Monteiro Brandão que mesmo sem os estudos completos, me ensinaram que a educação seria a única forma de vencer na vida, com honestidade, respeito e muito trabalho. À minha irmã Tainara Monteiro Brandão e por último, aos meus tios *in memoriam*, Itamar e Maria de Fátima que me ajudaram e acreditaram em mim.

RESUMO

A pesquisa abordou desde o início do golpe de 1964 até as rupturas com a democracia, onde surgiu uma ditadura que tolhia e reprimia direitos fundamentais. Ao longo desse passo utilizamos a mídia impressa para acompanhar esse acontecimento, nela o foco das fontes veio da imprensa alternativa, através de charges, cartuns e quadrinhos que representam os fenômenos que aconteceram ao longo dessa ditadura. Essa pesquisa teve como objetivo questionar como em uma época de censura na imprensa brasileira, charges como *Rango* de Edgar Vasques e revistas como *O Pasquim* conseguiam ser publicadas, além de questionar se o “milagre econômico” da ditadura militar realmente atingiu todas as classes da população brasileira, utilizando as publicações de charges e cartuns da imprensa até 1974.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Charge; Censura; *Pasquim*; *Rango*.

ABSTRACT

The research approached from the beginning of the 1964 coup to the ruptures with democracy, where a dictatorship that impeded and repressed fundamental rights emerged. Throughout this step, we used the printed media to follow this event, in which the focus of the sources came from the alternative press, through cartoons, cartoons and comics that represent the phenomena that happened during this dictatorship. This research aimed to question how in a time of censorship in the Brazilian press, cartoons such as *Rango* de Edgar Vasques and magazines such as *O Pasquim* managed to be published, in addition to questioning whether the “economic miracle” of the military dictatorship really reached all classes of society. Brazilian population, using the publications of Charges and cartoons from the press until 1974.

Keywords: Military Dictatorship; Cartoon; Censorship; *Pasquim*; *Rango*.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	CAPÍTULO I – Ditadura Brasileira de 1964 e a Liberdade de Imprensa.....	14
2.1	O Golpe de 1964 e o AI - 5.....	21
2.2	Censura na imprensa.....	25
2.2.1	Charge e Cartum.....	26
3	CAPÍTULO II – O PASQUIM, RANGO E A DITADURA.....	29
3.1	O Pasquim.....	29
3.2	O Rango de Edgar Vasques.....	36
3.3	Quadrinhos e reflexões socioeconômicas.....	40
4	CONCLUSÃO.....	44
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46
	DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE.....	53

1 INTRODUÇÃO

A história possui um papel essencial nos estudos de ciência política, sociedade e fenômenos sociais, por isso o historiador tem um papel primordial quando analisa suas fontes, narrar a história. Essa narração tem importante função social, a identidade daquela sociedade pesquisada e contar sua história, por isso a fonte é um dos instrumentos fundamentais, na pesquisa. Diante do exposto, este trabalho se baseará em fontes que citaremos a seguir.

A historiografia brasileira não foge da regra da discussão política e social, principalmente após a Escola dos *Annales*. No século XIX, a história política no Brasil teve como base documentos do Estado, documentos oficiais, entrevistas de autoridades catalogadas para formar uma pesquisa contundentemente historiográfica. Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, houve um movimento para restabelecer visões sobre como fazer história. Naquele momento, vestígios de uma nova “história” começaram a aparecer, esse movimento surge com a revista de história, *Annales d'Historie Economique et Sociale*, fundada em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch de acordo com José Carlos Reis¹, entrando em novas perspectivas de pesquisas e fontes iniciamos este trabalho.

A partir desses campos diversos de pesquisa, este trabalho buscará dentro da história da ditadura no Brasil que surge em 1964, trazer resistências bastante significativas na imprensa: as charges políticas, cartuns e tiras de quadrinhos.

Estudaremos as charges que narram os acontecimentos políticos que levariam ao golpe civil-militar de 1964 até focarmos no pós golpe, na ditadura, nas consequências e onde a imprensa alternativa, que se posicionaria opositora de um governo ditador imposto, nos traria não só sátiras políticas, mas imagens de críticas políticas e resistência.

Usamos nesta pesquisa como fontes, charges e cartuns, principalmente as publicadas na revista *O Pasquim*, e alguns quadrinhos do personagem *Rango* publicados na mesma revista pelo quadrinista Edgar Vasques.

Adentrando no contexto da história e o que acontecia no país, o golpe civil-militar ocorrido no ano de 1964 foi uma mudança abrupta de governo no Brasil. Momentos antes movimentados tanto da ala de esquerda como de direita eclodiam em diversos protestos. O golpe civil-militar trazia a ideia de que o “comunismo” ameaçava a democracia e as instituições brasileiras, assim surgiria um “governo provisório” que não se tratava de um

¹ REIS, José Carlos: *Escola dos Annales - a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 112.

projeto para a implantação de uma ditadura militar que duraria de 1 de abril 1964 até 15 de março de 1985.

Os pretextos para os ditadores tentarem justificar o golpe de 1964 foram muitos, ameaças comunistas, políticas internacionais com países de blocos econômicos diferentes do capitalismo na guerra fria, movimentos de extrema direita, que contavam com o apoio de parte da imprensa junto a elite econômica. Nessas justificativas, analisamos diferentes situações e o que a história tem a nos mostrar. Vários historiadores pesquisaram sobre os acontecimentos que eclodiram na ditadura de 1964, dentre eles o historiador e professor Rodrigo Patto Sá Motta que cita em entrevista sobre a “ameaça comunista” introduzida para assustar a população com a seguinte hipótese:

Consideremos por um momento, apenas para construir raciocínio hipotético, que havia séria ameaça comunista e a intervenção militar visava defender a democracia contra o totalitarismo (reitero que considero tais argumentos sem fundamento). Se assim fosse, qual a justificativa, então, para terem instalado uma ditadura e se aboletarem no poder durante duas décadas? Porque não entregaram o poder aos civis depois de derrotada a “ameaça”?² (MOTTA, Rodrigo P.2019)

O sistema político brasileiro é sensível ao poder oligárquico, isso não muda quando se trata da ditadura militar de 1964, o mais marcante desse período foi a regressão e dissolução de direitos individuais, a centralização do Estado e os diversos casos de abuso de autoridade e violência provocadas. Entre os direitos suprimidos está o da comunicação: o jornalismo, rádio, televisão, propaganda, imagens, entre outros que passavam por um crivo sem regras claras do que poderia ser publicado, comercializado ou noticiado no Brasil.

A supressão de direito é um dos fatores primordiais na ditadura e dele advém o material explorado neste trabalho³. O efeito da censura e perseguição intelectual pode ser analisado na pesquisa da historiadora Adriana Cristina Lopes Setemy em seu artigo *Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar* do ano de 2018 onde cita o trecho da coletânea da

² MOTTA, Rodrigo P. Sá. 1964: *O Brasil não estava à beira do comunismo*. São Paulo. Apublica. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

³ SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar*. Topoi (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 dez. 2019.

historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, na citação abaixo referente ao início de sua coletânea *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*, a autora traz o pensamento de ameaça que o governo ditatorial tinha quando se tratava de intelectuais, pensadores e artistas e a forma com que os ditadores agiram para evitar um confronto contra seus opositores e aqueles que desejavam a volta da democracia, fichar para a polícia os artistas e intelectuais da época, investigar, queimar livros, prisão daqueles que para eles poderiam ser um potencial risco, além da barbárie de tortura e morte aplicada pelos ditadores, conforme citado na obra:

Temiam-se os homens de vasta cultura, autores de livros, jornalistas e tipógrafos. Professores e estudantes de ciências humanas e ciências políticas também incomodavam. Temiam-se as críticas ao regime, as denúncias, as passeatas estudantis, o humor dos caricaturistas, os enredos cinematográficos e teatrais. Temiam-se os homens com passado de militante político, razão pela qual o regime militar pós-64 instituiu os corriqueiros “atestados de antecedentes políticos”. Tudo contava, até a posse de um único livro. Regredimos aos tempos medievais. Livros foram queimados, intelectuais fichados e torturados.

Constatamos que, no decorrer do tempo, as histórias e estórias se repetem. O Estado republicano, censor por excelência, foi responsável pela mutilação da cultura nacional, interferindo, negativamente, na construção do conceito de cidadania. O aparato policial, organizado durante décadas e que perseguiu os “homens de ideias”, deve ser considerado como um dos promotores da barbárie, da violência, da segregação e da intolerância, marcas registradas do século XX. O Estado tem aqui sua responsabilidade como gerenciador e legitimador da brutalidade, promotor do medo e da autocensura.⁴

É em meio a todo esse contexto social e político que adentramos a história da publicação de quadrinhos, mais especificamente o quadrinho/charge *Rango* de Edgar Vasques na revista *O Pasquim* no ano de 1974⁵. A revista popular brasileira *O Pasquim*, foi uma revista de humor e sátira em plena ditadura militar brasileira. A revista surge em 1969 e teve sua última publicação em 1991, conhecida por suas capas irônicas, com inspirações na contracultura da década de 60, com o foco em notícias sobre músicas e artes de maneira alternativas, incluindo as caricaturas, charges⁶ e os *cartoons*⁷, desenhos humorísticos com

⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. 1. São Paulo. Ed. Edusp. 2019. p. 21-22.

⁶ A charge é um elemento narrativo do jornalismo que, como o cartum, se utiliza da imagem. É apresentada em um único quadro e representa uma crítica social e política carregada de humor e ironia. A expressão charge, vem do francês *charger*, e significa carga, exagero ou ataque violento. Em geral, as charges são apresentadas como a posição editorial do jornal. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/genero-textual-cartum/>>. Acessado em 01 de out. 2019.

críticas políticas e sociais em quadrinhos. Publicado na revista *O Pasquim*, existia um quadrinho que trazia um anti-herói⁸ brasileiro, diferente dos conhecidos das editoras *Marvel Comics* como o Demolidor e a *DC Comics* como Batman, o nosso anti-herói foi criado em 05 de outubro de 1968 por Edgar Luiz Simch Vasques, na cidade de Porto Alegre – RS. A sua primeira aparição foi na revista *Grillus*, revista do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A partir de 1973, *Rango* surge nas páginas de periódicos brasileiros, como *O Pasquim* e *Folha da Manhã*, aproprio-me do personagem com o interesse de entender como a sátira representava a população conhecida como “pobre” no Brasil em plena ditadura militar.

O autor é Edgar Luiz Simch Vasques da Silva, nascido em 1949, formado em Arquitetura, cartunista, ilustrador e criador do personagem *Rango* que fez parte de muitas edições da revista⁹ *O Pasquim*, além de ter sua própria publicação em livro no ano de 1974 por meio de uma editora criada na época por Paulo de Almeida Lima e Ivan Pinheiro Machado, colegas de *O Pasquim*, a editora *L&PM Editores*, com direito a prefácio de Érico Veríssimo. Obra essa que será utilizada como fonte em uma já atual versão, porém sem mudanças no conteúdo explorado.

Analisamos também referências bibliográficas, pesquisas e estudos referentes a assuntos da ditadura militar e a história, como, o historiador e professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Rodrigo Patto Sá Motta nas obras: *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura & Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e UR*, também o historiador e professor da Universidade Federal Fluminense, Daniel Aarão Reis com a obra *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*, referencias em artigos, como, a historiadora e professora da PUC-PR, Adrianna Cristina Lopes Setemy, entre muitos que serão citados ao longo do trabalho.

O *Rango* é simplesmente um personagem que representa um brasileiro de idade média (não dá para definir sua idade, sabe-se ser adulto e maior de idade) que possui um filho, mora

⁷ Cartum é um gênero jornalístico considerado opinativo ou analítico que critica, satiriza e expõe situações por meio do grafismo e humor. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/genero-textual-cartum/>>. Acessado em 01 de out. 2019.

⁸ Trata-se de uma expressão utilizada em oposição ao conceito de herói. A personagem anti-heroica, em contraposição ao protagonista idealizado, caracteriza-se por ser desprovida das qualidades e virtudes geralmente atribuídas à figura ficcional central. Um exemplo de “anti-herói” clássico da literatura brasileira é Macunaíma, de Mário de Andrade. Não por acaso, o romance tem, como subtítulo, a expressão “herói sem nenhum caráter”. Iniciada de modo irônico – “No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite” –, a narrativa apresenta um protagonista híbrido (mistura de branco, negro e índio), cuja frase característica é: “Ai que preguiça!”. Faculdade de letras PUCRS. Disponível em: <<https://biblioteca.pucrs.br/curiosidades-literarias/o-que-e-um-anti-heroi/>>. Acessado em 01 de out. 2019.

⁹ VASQUES, Edgar. RANGO – Porto Alegre: L&PM, 2005. Contracapa: Sobre o Autor.

dentro de uma lata de lixo em um entulho, é fisicamente barrigudo, narigudo e de cabelos bagunçados, vive na miséria e com fome, possui um amigo uruguaio (referência a políticos que se exilavam no Uruguai). Nesse contexto tem-se o anti-herói perfeito para a nação, o brasileiro que a ditadura militar mantém na miséria com suas políticas e esconde dos demais os reprimindo como vagabundos.

Analisamos outras fontes como, jornais e revistas da época da ditadura, até *sites* e livros que tenham charges da época sobre o tema, como debatido ao longo desta introdução. A principal fonte analisada é o acervo digital da *Biblioteca Nacional* – BDN que possui as edições de *O Pasquim*, o livro *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura* de Rodrigo Patto de Sá Motta que traz compilados de charges políticas até o golpe de 1964 e o quadrinho de Edgar Vasques lançado como uma coleção de quadrinhos de *Rango* de 2005, trata-se de um compilado de todos os quadrinhos lançados na revista *O Pasquim* e outras mídias pelo autor de 1969 até 1974. Para melhor direcionamento de análise, buscamos as referências originais, a revista *O Pasquim*, que encontra-se digitalizada no *site* do CPDOC da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e BDN, onde percebe-se que o quadrinho possui a mesma narrativa e traços da publicação de 2005, assim, o trabalho se baseia em três fontes principais: o livro *Rango* de 2005 da editora L&PM Pocket, a revista digitalizada *O Pasquim* em *site* e o livro citado do historiador Rodrigo Patto de Sá Motta.

O *Rango* fazia parte de uma forma de arte da contracultura¹⁰, também era a representação de como a política da ditadura reverberava ao mais pobre, o personagem *Rango* possuía sempre amigos no lixão em que morava, um homem negro, um homem uruguaio, seu filho com fome, um cachorro de rua e sempre havia uma visita especial de algum representante do poder da época (militares e políticos sem nomes). Ao longo das histórias vemos os direitos sendo suprimidos, a pobreza crescendo junto a desigualdade social e às políticas econômicas que beneficiavam os abastados que apoiavam a ditadura. *Rango* é a representação do Brasil na época da ditadura militar: falta de liberdade de expressão, e de políticas públicas sociais ao povo brasileiro, direitos suprimidos que estão escancarados nos quadrinhos de Edgar Vasques.

Uma simples análise da ditadura militar a época em que *Rango* foi lançado no governo do ditador general do exército Garrastazu Médici, o terceiro ditador e considerado o mais

¹⁰ Pensamento dos que rejeitam e questionam valores e práticas da cultura dominante da qual a sociedade faz parte, surgiu nos Estados Unidos no período de 1960, a contracultura é entendida como movimento de objeção de características sociais e culturais. Surgiu e ganhou força, principalmente entre os jovens desta década, seguindo pelas décadas posteriores até os dias de hoje. Fonte: Pereira, Carlos Alberto M. *O Que é Contracultura*. Brasília, 2016, Ed. Brasiliense. p. 15-16.

repressivo, mostra que nessa época *O Pasquim* sofreria as constantes interferências pela censura da ditadura, investigações pelo DOI-Codi e limitações. Já no ano de 1974, acontece a primeira publicação do livro solo de *Rango* independente de *O Pasquim* pela então criada L&PM Editora, na gestão do ditador General Ernesto Geisel, um governo marcado por diversos desaparecimentos, torturas, mas também um período onde o país tentava caminhar para a redemocratização.

A forma como a política ditatorial militar depois do golpe de 1964 transformava uma sociedade já fragilizada em refém do próprio Estado, caçando direitos, limitando a liberdade e controlando a comunicação, nos faz refletir o quanto essa época obscura interessa ser ocultada por algumas alas conservadoras do poder. Ficamos com a reflexão que dessa falta de liberdade, trouxeram males ainda maiores a sociedade como, algumas pessoas que sumiram ou morreram sem explicação nessa época, como, por exemplo, o caso do jornalista Vladimir Herzog¹¹. Poder analisar um documento simples, tal como, um quadrinho com poucas falas que represente o medo, tristeza e miséria dessa ditadura hoje em dia é um imenso privilégio.

O questionamento é de que maneira a revista *O Pasquim*, *Rango*, dentre outras charges conseguiram ser impressas e publicadas em época de censura em plena ditadura. E se a imagem pregada pelo personagem *Rango* que demonstra a miséria, pobreza e desigualdade social, representaria a população pobre da época, tendo em vista a pregação do “milagre econômico brasileiro”, aquisição da casa própria e pleno emprego no período da ditadura¹².

No primeiro capítulo, será demonstrado como o golpe de 1964 é instituído e o surgimento das supressões de direitos com os atos institucionais, principalmente AI-5 e de que maneira a mídia, principalmente revistas e periódicos reagiriam, aos controles regulatórios dos governos ditatoriais e a repressão a imprensa. Já no segundo capítulo conheceremos *Rango* e seu criador Edgar Vasques, como funcionava a fiscalização do ano de 1974 para publicações de periódicos e principalmente o reflexo que os quadrinhos traziam para a sociedade.

¹¹ CAMARGOS, Marcia. *Um menino chamado Vlado*. São Paulo. Ed. Instituto Vladimir Herzog. 2019. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/biografia/>>. Acessado em 01 out. 2019.

¹² DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1978. p.16-31.

2 CAPÍTULO I – Ditadura Brasileira de 1964 e a Liberdade de Imprensa

A fragilidade do sistema político brasileiro tem um longo histórico, desde o período imperial pós independência em 1822 à queda de Dom João II em 1831, o início da Primeira República (República Velha) de 1889 até 1930, a era Vargas de 1930 até 1945, a redemocratização de 1945 até a Ditadura Militar de 1964. De todos esses períodos na história a palavra “golpe de Estado”, principalmente em 1930 e 1964 surge constantemente. O doutor e professor em ciências sociais Alvaro Bianchi nos disserta sobre o tema golpe de Estado à luz do conservadorismo e militarismo:

No século XX a forma predominante foi a do “pronunciamento”, o golpe de estado promovido pelos militares. Em suas origens no século XIX a forma do pronunciamento estava frequentemente associada a movimentos liberais e o propósito do golpe era expressar a “vontade geral” contra o governo. Mas com o passar do tempo esta forma adquiriu contornos mais conservadores, e o golpe passou a ser visto como a manifestação da “vontade real”, de uma estrutura espiritual duradoura que nem sempre coincidiria com a opinião pública e que teria como guardião uma instituição igualmente duradoura, o exército(...)¹³

Em outros conceitos sobre golpe de Estado, temos o historiador americano Luttwak que diz que o golpe de Estado pode ser “*ascensão do Estado moderno com sua burocracia profissional e suas forças armadas*” (LUTTWAK, 1991 [1969], p. 23), sua posição segue diferente da maioria dos historiadores, pois ela se limita apenas a formação por ascensão, deixando para traz a forma retrograda e conservadora que pode acontecer em um país como o Brasil em 1964, mas nos traz um outro ponto de vista, para enriquecimento do debate.¹⁴

Cabe definir que golpe de Estado é diferente de revolução, uma revolução pode vir de um golpe, mas não significa que o golpe de Estado é uma revolução. Hannah Arendt traz a questão social sobre revolução em sua obra *A Revolução*, conforme o seguinte trecho:

“(…). Quem há de negar o enorme papel desempenhado pela questão social em todas as revoluções, e quem há de esquecer que Aristóteles, quando começou a interpretar e explicar a hermenêutica de Platão, já havia descoberto a importância do que hoje chamamos de motivação econômica - a derrubada do governo pelos ricos e a instauração de uma oligarquia, ou a

¹³ Bianchi, Mendez. Alvaro Gabriel. *O que é um golpe de Estado?*. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>> Acessado em 08 de set. 2019.

¹⁴ LUTTWAK, Edward. *Golpe de Estado: um manual prático*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991 [1969]. p. 8-14.

derrubada do governo pelos pobres e a instauração de uma democracia? Igualmente conhecido pela Antiguidade era o fato de que os tiranos sobem ao poder com o apoio da plebe ou dos pobres, e que a melhor oportunidade de manter o poder consiste no desejo popular de igualdade de condições. O vínculo entre riqueza e governo em qualquer país e a percepção de que as formas de governo estão ligadas à distribuição da riqueza, a suspeita de que o poder político pode simplesmente suceder ao poder económico, e pôr fim a conclusão de que o interesse pode ser a força motriz em todas as lutas políticas(...)"¹⁵

A Ditadura que começou em 1964 no Brasil não foi uma revolução da classe trabalhadora, mas sim uma tomada do Estado pelas forças armadas, apoiada de início por movimentos sociais conservadores, por parte da elite da sociedade civil com pretexto de haver um risco comunista na política nacional.¹⁶ De acordo com Gramsci *"qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política"* (GRAMSCI, 2012:18), assim alguns grupos se definiram como voz para o apoio ao golpe de Estado¹⁷. O Brasil passou por um golpe de Estado provocado por movimentos conservadores, jornais, políticos e principalmente militares, contrários as reformas propostas pelo governo João Goulart (Jango). No governo de Jango os militares já arquitetavam o golpe militar antes da data de 1º de abril de 1964, nomeando o golpe de "revolução democrática"¹⁸.

Cabe lembrar que as eleições de 1960 para presidente e vice-presidente eram separadas, assim havia uma autonomia no voto que pudesse eleger o presidente de um partido, diferente do vice-presidente. Jânio da Silva Quadros, foi eleito presidente do Brasil em 31 de janeiro de 1961, fazia parte do Partido Trabalhista Nacional- PTN, partido pequeno da coligação partidária PTN-PDC-UDN-PR-PL, eleito graças a grande apoio da União Democrática Nacional – UDN, seu vice-presidente foi João Goulart, conhecido como Jango, que fazia parte do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, foi vice-presidente eleito do ex-presidente da república Juscelino Kubitschek¹⁹, conseguiu o feito de angariar mais votos que

¹⁵ ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Pag.47.

¹⁶ MOTTA, Rodrigo P. Sá. *1964: O Brasil não estava à beira do comunismo*. São Paulo. Apublica. Disponível em:<<https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

¹⁷ GRAMSCI, Antônio. *Breves notas sobre a política de Maquiavel*. Cadernos do Cárcere. Vol. 03. Caderno 13 (1932-1934). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012. p. 11 – 112.

¹⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 17-23.

¹⁹ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p 231-232.

o próprio presidente eleito da época. Apesar de fazer parte de uma grande coligação e ter apoio da UDN, Jânio Quadros se moldava como uma imagem acima de qualquer partido, tentando demonstrar para a população que era uma exceção à política partidária convencional e que lutaria contra a injustiça-social, corrupção, entre outras mazelas políticas partidárias e elitistas. Jânio queria ser conhecido como o homem do povo, é o que fez com que sua coligação política de acordo com Thomas Skidmore criasse um clima de fragilidade que afetaria seu governo mais à frente²⁰.

Nas suas nomeações ministeriais Jânio desagradou o congresso, com políticos da UDN além de outros de sua coligação sendo nomeados ministros, apesar de ser comum o Presidente nomear suas coligações políticas, enquanto o parlamento brasileiro era dominado pelo PSD e PTB (Partido do seu vice-presidente)²¹, Jânio se dedicava a imagem e política internacional, tentando demonstrar uma política isenta de posicionamento, onde o mundo se dividia entre capitalismo e comunismo, em pleno período de Guerra Fria, o que o fez negociar e manter políticas com o ocidente capitalista e com países socialistas, o que agravaria sua imagem com as forças armadas e seus opositores políticos.²²

Na década de 60 o mundo estava passando por uma polarização política em que os países se dividiam entre o capitalismo protagonizado pelos Estados Unidos da América - EUA e o comunismo pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. O Brasil vinha enfrentando uma grande onda anticomunista, apoiado principalmente por movimentos sociais brasileiros conservadores, como a igreja católica²³, elite comercial, entre outros que simbolizavam o conservadorismo e a direita ‘liberal’ brasileira²⁴.

No dia de 25 de agosto de 1961 o então Presidente do Senado Federal do Brasil, Senador Moura Andrade do partido PSD recebe uma carta entregue pelo então Ministro da Justiça Pedro Horta, no conteúdo dessa carta o Presidente da República Jânio Quadros renunciaria do cargo de Presidente²⁵, notícia essa que o Senador Moura daria ao Senado e mais tarde, justificaria o conteúdo da carta a todo o Congresso Nacional²⁶.

²⁰ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 230.

²¹ *Ibidem*, p 235.

²² *Ibidem*, p 236.

²³ RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. Rev. Bras. Hist. vol.22 no.44. São Paulo. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200010>>. Acessado em 17 de set. 2019.

²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p.14-22.

²⁵ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 245.

²⁶ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 26.ago.1961, pp. 162-163).

Enquanto a notícia em Brasília se espalhava pelo Brasil e as instituições públicas e privadas se movimentavam pela renúncia, o vice-presidente João Goulart estava em viagem diplomática na República Popular Democrática da China. Nesse período o governo comunista chinês de Mao Tsé-Tung havia se afastado das políticas internacionais da União Soviética²⁷. As reformas políticas em andamento desagradavam boa parte do Congresso Nacional e o governo de Jango do PTB que era visto como um sucessor de Getúlio Vargas, desde as alas militares, sociedades vinculadas a igreja, entre outras, assim o congresso impediu a posse de Jango em sua volta ao Brasil, até que houvesse um acordo político entre essas alas citadas e o então o vice-presidente Jango para limitarem seu poder na presidência, transformando o regime presidencialista em um regime parlamentarista, onde Jango seria chefe de Estado, mas não chefe de governo, reduzindo drasticamente seus poderes decisórios.²⁸



Figura 1 – Charge de Jango após voltar ao Brasil desolado com a situação da incerteza de tomar posse de Hilder Weber do Jornal Tribuna da Imprensa publicada em 30/08/1961.²⁹

²⁷ ZUMPICHIATTI, Leonardo. Jango e a China: um legado socialista de paz e amizade. PDT. 2019. Disponível em: <<https://www.pdt.org.br/index.php/jango-e-a-china-um-legado-paz-e-amizade/>> Acessado em 10 de jun. de 2020.

²⁸ MATTOS, Marcelo Badaró, "O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica", *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 55, São Paulo, jan./jun. 2008. p. 7.

²⁹ MOTTA, Rodrigo P. Sá. Jango e o golpe de 1964 na caricatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Em meio a toda essa crise política, no ano seguinte foi decidido com esforços de outras entidades favoráveis a presidência de Jango, como seu próprio partido no Congresso, o PTB, que houvesse um plebiscito que escolhesse a forma de governo no Brasil já em 1963, entre o regime parlamentarista ou presidencialismo. O povo escolheu em grande maioria a volta do presidencialismo, então o presidente Jango começa em 1963 a governar como presidente do país com plenos poderes como chefe de Estado e de governo³⁰.

Podemos analisar em uma charge uma visão simples e caricata de como era visto o governo pós Jânio e antes do plebiscito no Brasil, onde o presidente João Goulart teve que dividir os poderes com Tancredo Neves que foi nomeado primeiro-ministro do Brasil em setembro de 1961 até julho de 1962, na imagem dividem o mesmo corpo de um animal equino com os rostos se estranhando representando o governo brasileiro na época.



Figura 2 – Charge A mula de duas cabeças de Hilder Weber, o governo de duas cabeças retirado do jornal Tribuna da Imprensa publicada em 30/06/1961³¹

Em seguida outra charge expressando a ideia de liberdade para João Goulart presidir o Brasil sem o parlamentarismo através do esperado plebiscito. A presença do primeiro-ministro impedia as políticas de Jango, o governo parlamentarista é representado como uma cobra que precisava ter sua cabeça arrancada por uma espécie de machado, com o nome de plebiscito, já na outra ponta da cobra há o presidencialismo, representado pelo rosto de Jango de maneira feliz pelo corte, o que simbolizava a ruptura do controle do congresso sobre seu governo.

³⁰ Caio Navarro Toledo, *Democracia populista golpeada*, op. cit., 1997. p.7-13.

³¹ MOTTA, Rodrigo P. Sá. Jango e o golpe de 1964 na caricatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

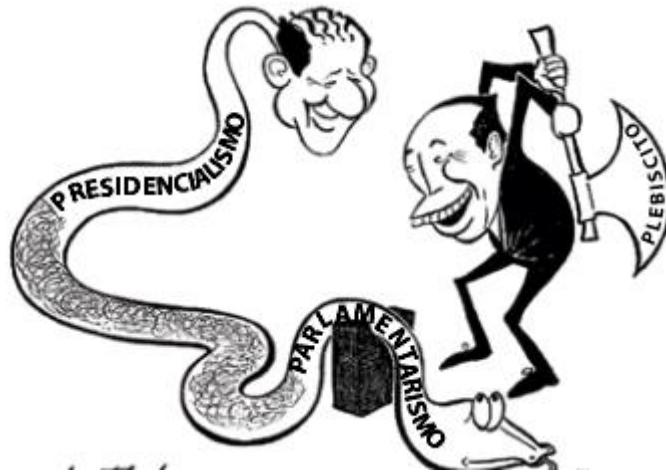


Figura 3 – Charge do Plebiscito de Augusto Bandeira, Correio da Manhã de 08/07/1962.³²

O governo de João Goulart após o plebiscito que definia o presidencialismo foi conturbado, primeiro João Goulart tentou colocar em prática um pacote de reformas de base, dentre elas estaria a reforma agrária que atingiria as famílias oligárquicas rurais que detinham poder das terras, a reforma tributária atingindo os empresários, a reforma bancária, a urbana, a administrativa e a universitária, o que atingiria boa parte da população de poder aquisitivo.³³

Essas reformas não foram aprovadas no Congresso Nacional devido aos grupos opositores políticos e conservadores que detinham influência e desejavam manter seus interesses econômicos, o que causou insatisfação a população que esperava pelas reformas, dando início a protestos pelas ligas camponesas e greves sindicais, o que gerou insatisfação aos grupos conservadores e também aos reformistas.³⁴

A ideia da reforma de base de caráter nacionalista não tinha o intuito de implantar comunismo no país e apesar da reforma política ter um intuito mais social, a ideia principal seria criar um eixo base de comunicação política entre a elite burguesa brasileira e outras categorias sociais, mas a ideia se afastava da visão conservadora de que as reformas poderiam ser ruins a elite e acreditavam que as reformas afastavam o Brasil de relacionamentos com o

³² MOTTA, Rodrigo P. Sá. Jango e o golpe de 1964 na caricatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.76

³³ MONIZ BANDEIRA, L. A. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. Rio de Janeiro: Revan/ Brasília (DF): Ed. UnB. 2001. p.41.

³⁴ *Ibis idem.* p.42.

eixo capitalista em período de Guerra Fria, principalmente o relacionamento com os Estados Unidos das Américas.³⁵

Em 1964 o governo de João Goulart perde apoio do partido PSD (Partido Social Democrático), seu maior aliado na época de sua posse após renúncia de Jânio Quadros a presidência e um dos seus maiores apoiadores no plebiscito para o reestabelecimento dos seus poderes presidenciais como chefe de Estado, sem a interferência de um primeiro-ministro ou governo parlamentar. Em 13 de março de 1964, Jango tenta ganhar apoio popular para as reformas, juntando cerca de 150 mil pessoas no conhecido Comício da Central do Brasil. Em resposta, grupos conservadores, promovem a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964, o que ajudou a fomentar o golpe civil militar de 1964, assim se encerra um período democrático no país e se inicia uma era obscura para a democracia brasileira.³⁶

Muitas teses abordam sobre o real motivo do golpe de 1964, mas o foque da grande mídia da época e dos militares foi que o Brasil estava sendo encaminhado para o comunismo, desviando do eixo do capitalismo com o governo Jango. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta cita sobre os argumentos dados na época em entrevista sobre o golpe de 1964:

O Brasil não estava à beira do comunismo. É correto dizer que muitos atores da época acreditaram existir uma ameaça vermelha, mas, com frequência, não tinham visão clara sobre o significado de comunismo, às vezes confundiam-no vagamente com qualquer proposta de esquerda ou mesmo tentativa de reforma social (semelhante ao que vemos hoje, aliás). No entanto, muitas lideranças sabiam perfeitamente que o comunismo não estava no horizonte, mas manipularam o medo para engrossar a oposição ao governo Goulart.³⁷

2.1 O Golpe de 1964 e o AI-5

O golpe de 1964 que desencadearia em uma ditadura, retroagindo direitos e atrasando o país de diversas formas, possuía diversos apoios, de instituições conservadoras, da elite e

³⁵ MOREIRA, C. S. O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964). Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. p.6-15.

³⁶ SODRÉ, Werneck, Jacob Gorender e J. Quartim de Moares 1964: *visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. TOLEDO, C. N. de. (Org.). Campinas: Ed. Unicamp, 2001. Revista Brasileira de História, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/YLMc8hZWZfpV4sPzsZFCkq/?lang=pt>>. Acessado em 13 de nov. 2021.

³⁷MOTTA, Rodrigo P. Sá. 1964: *O Brasil não estava à beira do comunismo*. São Paulo. Apublica. Disponível em:<<https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

até mesmo da grande imprensa, umas das fontes é uma charge que transmite a ideia de democracia com referências a um dos ditadores, Castelo Branco:

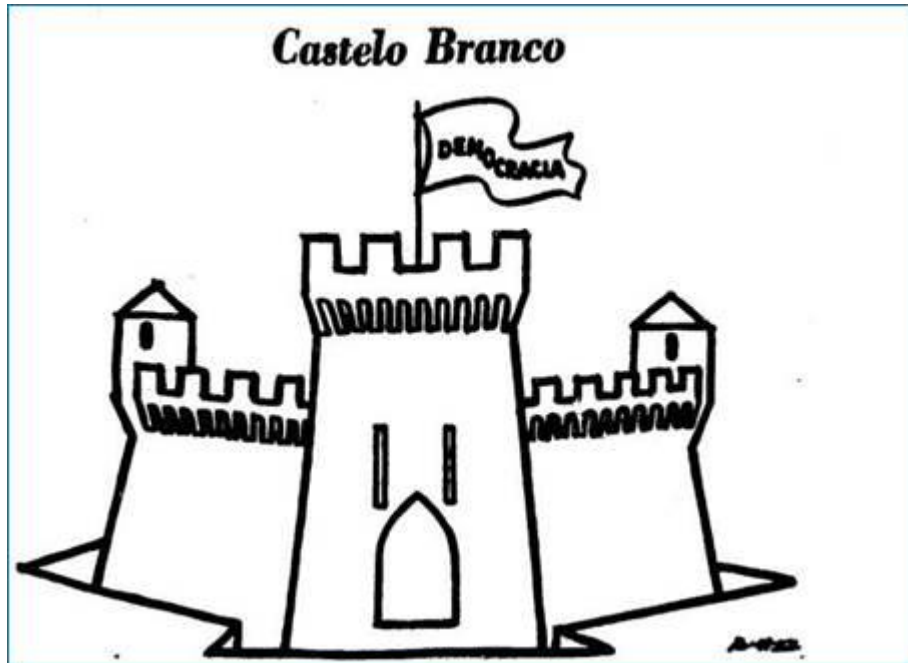


Figura 4 – Charge do cartunista Biganti publicada em O Estado de São Paulo em 08/04/1964³⁸

Seguiremos a linha de raciocínio neste trabalho da maioria dos historiadores que a ditadura militar se iniciou em 1964 e encerrou em 1985, não encarando termos como “regime militar” entre outros, assim como encaramos que os “presidentes em exercício” nesse período, eram ditadores que chegaram ao poder por meio de um golpe e não representavam a população legitimamente, citando seus nomes como generais na presidência ou simplesmente ditador.

O primeiro a compor a lista de chefe do executivo como “governo provisório” foi o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco de 1964 até 1967, foi indicado pelos próprios militares para ser o primeiro presidente ditador, sendo confirmado por uma “eleição” indireta a presidente por um congresso deformado devido a cassação de opositores. Seu governo foi marcado por perseguir nos primeiros meses seus inimigos políticos, arquitetar a ditadura, criar um estado de sítio no Brasil de 180 dias e a “legalização” dos atos institucionais, leis que não

³⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 09 - 39. maio/ago. 2016.

passariam pelo congresso e que ultrapassavam o poder da constituição da época, uma forma de tentar legitimar um poder que foi tomado por um golpe como “legal”³⁹.

Os atos institucionais foram meios criados pelos militares para institucionalizar regras criadas para a permanência e controle da ditadura militar, uma forma diferente das ditaduras de outros países latinos para tentar justificar e legitimar o poder através do direito⁴⁰. Até então o Congresso Nacional e o judiciário estariam funcionando sob fiscalização do executivo. O legislativo não criaria leis sem a chancela do governo ditador, o que impedia a tentativa de volta da democracia e isolava o legislativo a um órgão burocrático. O controle sobre o poder do judiciário retirou direitos que antes a constituição garantia, criando um judiciário controlável para as decisões do governo ditador, conforme texto do ato:

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. [...]

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

[...]

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos federais, estaduais e municipais, excluía a apreciação judicial desses atos.

No ano seguinte, em 27 de outubro de 1965 é expedido o Ato Institucional nº2, nele se extinguiu os partidos políticos existentes, criando apenas dois partidos, proibindo o direito de reunião e transformando protestos e greves em “movimentos subversivos”⁴¹. Os crimes de segurança nacional passaram a ser julgados pela justiça militar, reduzindo o poder da suprema corte, além de alterarem a sua estrutura, regimento e quantidade de ministros de 12 para 16 com 4 indicações diretas do governo ditatorial, as eleições passam a ser indiretas.

Já em 5 de fevereiro de 1966 entra o Ato Institucional nº 3, nesse período o governo ditatorial ainda estava na posse do ditador Humberto de Alencar Castelo Branco. Nesse ato o governo federal instituía eleições indiretas nacionais, onde governadores e prefeitos seriam escolhidos pelo governo ⁴². Em 07 de dezembro de 1966 foi baixado pelo mesmo ditador

³⁹ SCHWARCZ, Lilia M; Starling, Heloísa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras. 2016. p.101-103.

⁴⁰ SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 88.

⁴¹ BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 outubro de 1965. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_2/ait-02-65.htm>. Acesso em: 25 abr.2021.

⁴² BRASIL. Ato Institucional nº 3, de 05 de fevereiro de 1966. Brasília, DF, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/ait-05-66.htm>. Acesso em: 25 abr.2021.

Castelo Brando o Ato Institucional nº 4 que convocava o Congresso Nacional para elaborar uma nova constituição que representaria os ideais do governo ditatorial no país.⁴³

Em 1967 o marechal Arthur da Costa e Silva se torna o próximo ditador a assumir o poder, inimigo dos direitos humanos e da democracia, havia exercido o cargo de ministro da Guerra e um dos piores atos contra a democracia foi institucionalizado em seu governo. Em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 determinou o fim do direito de ir e vir, suspensão de remédios constitucionais como o *habeas corpus*, a suspensão de direitos e garantias a qualquer parlamentar, aposentadoria de membros do judiciário e servidores, compulsoriamente, cassação e demissão de servidores públicos, suspensão de qualquer garantia constitucional, a institucionalização da censura na imprensa brasileira e a institucionalização da tortura.⁴⁴

Apesar do governo da época chamar de revolução, após o AI-5 não havia nenhuma forma, seja jurídica ou institucional de reconhecer o governo a não ser como uma ditadura, inclusive a reunião que instituía o ato feita pelo ditador presidente Costa e Silva, reúne o então conselho de segurança nacional que teria como finalidade “garantir a segurança institucional do país” formado pelo vice-presidente Pedro Aleixo e por seus ministros, Luís Antônio Gama da Silva como ministro da Justiça, Antônio Delfim Neto como ministro da Fazenda, Mário Andreazza como ministro dos Transportes, Tarso Dutra como ministro da Educação, Jarbas Passarinho como ministro do Trabalho e Previdência Social, almirante Augusto Rademaker, general Aurélio de Lira Tavares, deputado José de Magalhaes Pinto, entre outros membros e políticos aliados, foi gravada e documentada, deixando claro a transformação do governo em uma ditadura sem volta e indefensável, conforme discurso do então Vice-Presidente da época, Pedro Aleixo, ao qual admitiria o fim de um vestígio constitucional:

(...)Pelo Ato Institucional, o que me parece, adotado esse caminho, é que estaremos com uma aparente ressalva da existência de vestígios dos poderes constitucionais decorrentes da Constituição de 24 de janeiro de 1967, e instituindo um processo equivalente a uma própria ditadura. Se é necessário

⁴³ BRASIL. Ato Institucional nº 4, de 07 dezembro de 1966. Brasília, DF, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_04/ait-04-66.htm>. Acesso em: 25 abr.2021.

⁴⁴ BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 dezembro de 1968. Brasília, DF, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_05/ait13-66.htm>. Acesso em: 25 abr. 2021.

fazê-lo, se esta é uma contingência da necessidade, então o problema se apresenta sob um outro aspecto do ponto de vista jurídico. (...) ⁴⁵

O Ato Institucional nº 5 entra com o pretexto de um controle governamental para manter os interesses da nação, mas não passa de um aparato ditatorial para reprimir a imprensa brasileira, um meio de controle político para repressão a democracia e aos direitos individuais sobre a égide que o Estado protegia a nação, conforme Beatriz Kushnir traz em sua obra *Cães de Guarda: “Sob a capa do resguardo à moral e aos bons costumes ou defendendo questões de interesse da nação, considero a censura sempre política”* (KUSHNIR, 2012, P.38).

2.2 Censura na imprensa

Censura tem um significado simples, um ato de reprovar, censurar algo que não se enquadre em um padrão do censor (aquele que avalia). Falar que o ato de censurar no Brasil surgiu em 1964 ou após os atos institucionais pode ser um erro, censura sempre houve, mas a forma como ela foi instaurada e intensificada na ditadura é um assunto a ser discutido. A censura é vista pelo historiador Robert Darnton “...como a violação de um direito, muitos teóricos a constroem como um ingrediente da realidade social que permeia tudo. Na sua visão, ela opera na psique individual e na mentalidade coletiva, em toda parte e em qualquer época.” ⁴⁶, a censura sempre existiu, mas a sua intensidade e como ela afeta a imprensa é o que discutiremos.

A censura na imprensa pós AI-5 era feita de duas formas, a censura prévia que inclusive seria normatizada em 1970 em decreto de nº1077 e implicitamente a autocensura, instituindo a “defesa da moral e bons costumes” como princípios basilares para defender a censura. Na censura prévia, um censor ficaria responsável por uma ou mais redações para analisar o que poderia ser publicado, se houvesse a falta desse o material, deveria ir para o departamento de Polícia Federal por meio das DSI (Divisão de Segurança da Informação) o que mais tarde passaria para o Ministério da Justiça e órgãos subordinados ao exército e até em

⁴⁵ Aleixo, Pedro. Ata da quadragésima terceira sessão do Conselho de Segurança Nacional. Brasil, Brasília – 1968. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/reuniao/index.html>>. Acesso em: 20 de abr. 2021.

⁴⁶ DARNTON, Robert. *Censores em ação: Como os estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 10-11.

alguns casos para Brasília o CIE (Centro de Informações do Exército) para casos que fossem “exceção”⁴⁷.

A censura existia antes do AI-5, a diferença é que ela foi institucionalizada e ‘legalizada’ para maior poder de controle do governo ditador “A censura prévia causou grande prejuízo à imprensa, por muitas razões muitos jornais deixaram de existir e outros perderam força.”⁴⁸

Já a autocensura era feita pelas grandes redações, nesse caso os grandes jornais tinham na figura do editor chefe um censor interno que se responsabilizaria pelas publicações, portanto esse ficava de fiscalizar e analisar o que poderia ser publicado, tendo um acordo prévio com o governo ditatorial para esse serviço, correndo o grande risco de fechar caso as publicações impactassem o governo autoritário.⁴⁹

A autocensura é a supressão intencional ou parte dela pelo jornalista ou empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes. Trata-se de uma importante forma de fraude porque é uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas de intenção de esconder a verdade. (KUCINSKI, 1998, P. 51)

2.2.1 Charge e Cartum

Em meio a conturbada ditadura que o Brasil estava enfrentando chegamos aos principais personagens elencados por este trabalho, a imprensa, mais especificamente a imprensa impressa daquela época, onde revistas e jornais abafavam casos e outros tentavam de alguma forma comunicar aos seus leitores, muitas vezes através de comicidade, a falta de direito de expressão.

Havia uma fiscalização pelo governo ditatorial feita por censores, indicados ou até mesmo militares que tinham como profissão avaliar o que poderia ou não ser publicado. Assim o instrumento da arte caricata era utilizado como um disfarce cômico para mostrar a tragédia política que o país vivenciava, esse instrumento iremos chamar de charge e cartum que utilizaria do desenho de caricatura como discorreremos ao longo dessa pesquisa.

Para entendermos melhor o que é uma caricatura devemos saber de onde ela surgiu e sua definição. Essa forma de expressão artística surge no século XVII, na Itália, criada pelos

⁴⁷ FICO, Carlos. *Como eles agiam; os subterrâneos da ditadura militar; espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.40-47.

⁴⁸ VAUCHER, Thiago Araujo. *O Pasquim: alternativo e corajoso*. Revista Semina. V11, nº01-2012. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4378>>. Acessado em 10 jan.2021.

⁴⁹ Ibidem

irmãos Agostino e Annibale Carracci, um estilo de desenho conhecido como “retrato carregado”, surgindo o nome caricatura da palavra “carregar” com o intuito de exagerar algo no traço, criticar alguém e até mesmo zombar⁵⁰, assim espalhando-se pelo mundo na França surge a palavra charge dando também a ideia de carga, mas utilizando aspectos controversos e até políticos.

Nos Estados Unidos das Américas a palavra cartum era usada para definir a manifestação artística de retratar através do desenho, mas de uma forma mais genérica podendo chegar a algo infantil. A caricatura está voltada para figuras humanas, já a charge abordaria fatos e situações específicas, enquanto o cartum já fugiria da realidade, tornando-se uma mensagem hipotética e de desenhos mais livres, como os quadrinhos. Definindo as palavras que conhecemos para às figuras que estudaremos.⁵¹

No Brasil as caricaturas surgem por volta de 1830 pelo nome de Araújo Porto Alegre, surgindo o humor gráfico no país que criticaria, denunciaria e divertiria aquele que estaria lendo⁵², outros cartunistas que se destacarem na história na época do Brasil império foram Angelo Agostini, Candido Aragones de Faria, Pinheiro Guimarães e Pedro Américo.⁵³

Teríamos nomes de cartunistas na história brasileira que se tornariam notáveis a partir da ditadura de 1964 como, Laerte Coutinho, Glauco, Millôr Fernandes, Chico Caruso, Renato Aroeira, Arnaldo Angeli Filho, Ziraldo e Edgar Vasques⁵⁴

A título de exemplo uma charge de Angelo Agostini intitulada “Balcão de negócios” que vinha com a legenda “Pobre país! A corrupção alimenta a vaidade, para dar vida ao patriotismo!” publicada na revista “O Cabrião” no ano de 1867:

⁵⁰ Motta, Rodrigo P. Sá (Rodrigo Patto Sá). *Jango e o golpe de 1964 na caricatura* - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.15-16.

⁵¹ Pedro Corrêa do Lago. *Caricaturistas Brasileiros*, 2009 São Paulo: Ed. Capivara. p.10.

⁵² DOMINGUES, Joelza Ester. *Ensinar História*. Disponível em: <<https://ensinarhistoria.com.br/caricaturas-do-segundo-reinado-critica-com-humor-e-ironia/>>. Acesso em 1 jan.2022.

⁵³ LEMOS, Renato. *Uma história do Brasil através da caricatura*. Rio de Janeiro: Bom Texto, Letras e Expressões, 2001. p.33

⁵⁴ *Ibidem* . p.33

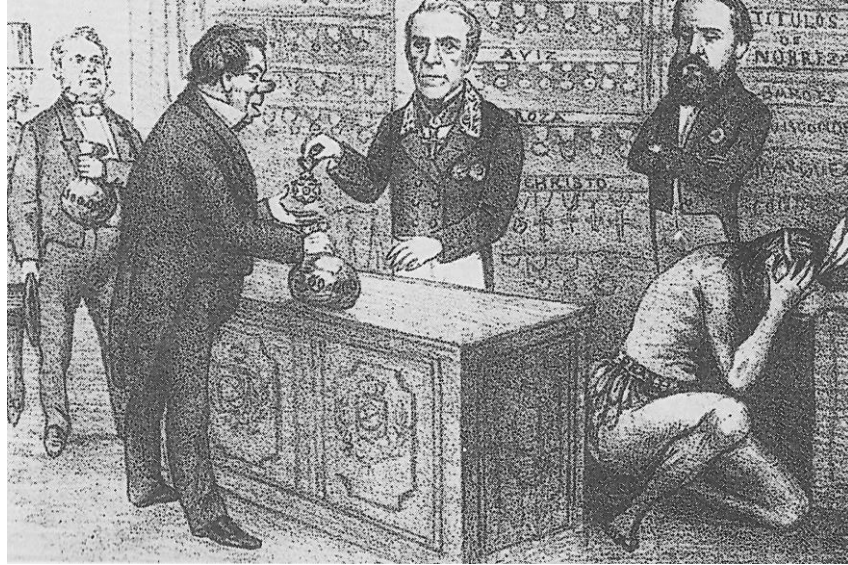


Figura 5 – Charge de Angelo Agostini Balcão de Negócios, representa a compra de votos pela elite com membros da monarquia brasileira, enquanto o indígena se esconde atrás do balcão.⁵⁵

Já após o AI-5 temos a charge demonstrando o contexto político da época criada por Ziraldo em 1968 publicado em algumas mídias impressas da época, inclusive a revista *O Pasquim*, trazendo uma crítica de forma subjetiva:

AI, O AI-5



Figura 6 - Charge de Lemos Renato mostra um elefante sendo indagado por cobras que “a barra ta pesada para as cobras”, o elefante informa que não é uma cobra, mas as mesmas dizem que ele teria que provar. No AI-5 bastava o governo acusar e você já era réu, mesmo sem provas, independente de quem, demonstrando que não haveria presunção de inocência⁵⁶

⁵⁵ Ibidem. p.35.

⁵⁶ Ibidem. p.35.

Na época da ditadura militar pós 1964 a imprensa brasileira estava dividida em duas categorias, a grande imprensa e a imprensa alternativa. A grande imprensa eram os jornais periódicos diários que traziam notícias para todo o Brasil, essa teria uma estrutura mais robusta, era economicamente mais rentável e geralmente praticava a autocensura, muitas vezes usada pelo governo ditatorial como instrumento de massa para controle e informação, por outro lado temos a imprensa alternativa que poderia ser semanal, quinzenal e até mensal, voltada não só para informações como entretenimento.⁵⁷



⁵⁸ Figura 7 – Charge do quadrinho *Rango* de Edgar Vasques publicada em *O Pasquim* de 1969 como uma parte do entretenimento da imprensa alternativa, nela é mostrado que a miséria e a pobreza eram presentes no cotidiano do brasileiro pobre.

A imprensa alternativa será o foco da pesquisa, primeiro pela fonte principal que são as charges de *Rango*, segundo que grande parcela das publicações na ditadura foram feitas e distribuídas nacionalmente pela revista *O Pasquim*. Cabe dizer que na pesquisa usamos como fonte histórica a imprensa alternativa, sabemos que no jornalismo o que pode ser fato ou notícia pode ser construído, formado pelas ideias políticas e sociais da época, e a fonte utilizada poderá relatar apenas pequenos trechos da história. Como pesquisa histórica veremos a fonte como uma construção subjetiva daquele momento, então estudaremos a frente o objeto e fontes na ótica de nosso lugar social como pesquisador, assim veremos parte do contexto social da época para que este trabalho não saia do foco.

⁵⁷ SL da Silva Mendes. *A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico*. CONTRAPONTO – Revista Eletrônica de História, Teresina, n. 1, v. 1, jun. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/3714>>. Acessado em 10 de jan. 2022.

⁵⁸ VASQUES, Edgar. *RANGO* – Porto Alegre: L&PM, 2005.

3 CAPÍTULO II – O PASQUIM, RANGO E A DITADURA

3.1 O Pasquim

O Pasquim foi uma importante revista da imprensa alternativa que fazia de forma cômica sátiras contra a ditadura militar e a situação que o país passava, ela nasce no final de 1968 em plena ditadura militar, idealizada e criada pelo cartunista Jaguar ao lado dos jornalistas Tarso de Castro e Sergio Cabral como veremos a frente.

A criação acontece quando falece o jornalista Sérgio Porto, um dos responsáveis pelo jornal *A Carapuça*, o então sócio do jornal, Murilo Pereira Reis procura o jornalista Tarso de Castro para dar continuidade ao jornal, porém Tarso sugere um novo jornal, tendo em vista *A Carapuça* ser a imagem do então falecido Sérgio Porto. Tarso se reúne com o cartunista Jaguar, os jornalistas Sergio Cabral, Prosperi e Claudius, e nessa reunião em 1968 Jaguar antevendo a crítica que surgiria do formato e ideia do jornal sugere o nome *O Pasquim*⁵⁹, um nome com referências a textos satíricos ou até folhetos caluniosos⁶⁰.

Surgindo como um jornal do bairro de Ipanema no Rio de Janeiro, extraído de forma cômica as repressões de um governo ditatorial sobre o brasileiro, ganhando apoio entre universitários, jornalistas da imprensa alternativa, artistas e jovens pelo Brasil. Em 26 de julho de 1969 com o Ato Institucional nº 5 imperando é lançado para o primeiro número do Jornal *O Pasquim*, com uma metodologia de linguagem simples, revolucionando a imprensa alternativa. Após esse primeiro volume *O Pasquim* traria entrevistas com artistas exilados da ditadura, além das charges cômicas sobre a política, economia e ditadura no Brasil.⁶¹

O projeto inicial para o jornal *O Pasquim* era ser de humor e não ter uma ideologia envolvida, ser neutro na questão política, entretanto, com a situação alarmante da ditadura seria necessário um novo posicionamento. Uma posição contrária ao conservadorismo, um jornal em que o viés de imprensa para lucro era deixado de lado, mostrando que a conhecida “elite de Ipanema” não era a detentora do saber e dando oportunidade a jornalistas e cartunistas de outros estados a participarem da produção do jornal. Com entrevistas polêmicas, capas com frases em conceitos subliminares que passavam pelos censores, que

⁵⁹ VAUCHER, T. (2014). *O PASQUIM: ALTERNATIVO E CORAJOSO*. Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF, 11(1). Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4377>>. Acessado em 02 de nov. 2021.

⁶⁰ PASQUIM In dicionário Oxford da língua portuguesa. São Paulo, Oxford. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acessado em 02 de nov. 2021.

⁶¹ VAUCHER, T. (2014). *O PASQUIM: ALTERNATIVO E CORAJOSO*. Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF, 11(1). Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4377>>. Acessado em 02 de nov. 2021.

podiam por falta de entendimento sobre a crítica que estava sendo escrita, ou então por se limitarem a termos técnicos da ditadura, a situação, mesmo fiscalizatória, permitia que o jornal trouxesse críticas sociais a ditadura e ao conservadorismo.⁶²



Figura 8 - A capa da primeira edição de *O Pasquim* em 26 de julho de 1969, nela visualizamos entrevistas, notícias e as tiras de quadrinhos chamadas de Charge com a mascote de *O Pasquim*, o ratinho Sig.⁶³



Figura 9 - O ratinho Sig, mascote de *O Pasquim* estava sempre na capa avisando algo e entre as páginas trazendo alívios cômicos e até mesmo revelando notícias que não estavam na matéria para tentar burlar a censura, o autor do desenho era o cartunista Jaguar.⁶⁴

62 Documentário: *O Pasquim - A Subversão do Humor*. Direção e Edição: Roberto Stefanelli. ABI. 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K_fgG3rATCU&t=2314s>. Acessado em 15 de abr. de 2022.

63 Ibidem.

64 Ibidem.

Além de seus criadores e fundadores outros jornalistas, quadrinistas e chargistas vieram a trabalhar e colaborar com *O Pasquim*, alguns deles eram Ziraldo, Henfil, Millôr Fernandes, Glauber, Edgar Vasques entre outros. A ideia de *O Pasquim* era não fazer jornalismo político, mas sim uma crítica social a classe média brasileira, “a família e os bons costumes” e ao conservadorismo da ditadura militar. Todavia as “autoridades” daquela ditadura, entre militares e civis que apoiavam a censura e criminalizavam a liberdade de imprensa começaram a ter mais interesse no jornal e a censurar muitas das ideias.⁶⁵

A redação muitas vezes não se levava a sério, mesmo com as ricas contribuições de intelectuais, se viam como amigos compartilhando ideias e levavam as mesas de bares uma extensão da redação, inclusive surgindo na redação o apelido para a equipe de “Patota”, mostrando que *O Pasquim* era alternativo até em sua administração.⁶⁶

A fiscalização se dava de início por censores, que avaliavam o que poderia ser publicado no jornal, essas figuras com poderes de permitir o que a redação poderia ou não publicar surgiam como profissionais de carreira após o AI-5 (apesar de que desde antes do golpe de 1964 já existiam censores) como já citamos antes, o exercício desse serviço era feito por servidores públicos, militares, entre outros contratados pelo governo ditatorial para avaliarem o que poderia ser ofensivo ao Estado e aos “bons costumes”, uma fiscalização conservadora com o intuito de reprimir e fechar os olhos da população a respeito da barbárie, corrupção e crimes que o governo autoritário provocava no país.⁶⁷

Mesmo com censuras prévias *O Pasquim* conseguia de alguma forma trazer em suas páginas mensagens de resistência ou críticas, entrevistas com exilados políticos da área de cultura, como ele fazia? Com sátiras e críticas que até os censores se constrangiam em tentar criticar, seja por falta de compreensão do assunto, como na interpretação de texto pelos censores, conforme dito pelos redatores do jornal para a TV Câmara no documentário *O PASQUIM – a Subversão do Humor* do ano de 2004.⁶⁸ Porém no dia primeiro de novembro de 1970, o jornal teve boa parte de sua equipe, redatores, cartunistas, jornalistas, dentre outros presos pelos órgãos de segurança da ditadura. O fato demonstrava que mesmo seguindo

⁶⁵ AUGUSTO, Sérgio. e JAGUAR. *O Pasquim. Antologia*, volume 1, 1969 – 1971. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006.

⁶⁶ VAUCHER, T. (2014). *O PASQUIM: ALTERNATIVO E CORAJOSO*. Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF, 11(1). Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4377>>. Acessado em 02 de nov. 2021.

⁶⁷ KUSHNIR, Beatriz Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988 - Imprensa: São Paulo, Fapesp, Boitempo, 2004. Pag.129 – 134.

⁶⁸ Documentário: *O Pasquim - A Subversão do Humor*. Direção e Edição: Roberto Stefanelli. ABI. 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K_fgG3rATCU&t=2314s>. Acessado em 15 de abr. de 2022.

orientação dos censores, a liberdade de opiniões quando contrárias a ditadura não existia. Mas o jornal continuou em circulação com apoio de outras imprensas alternativas e artistas, com parceiros contribuindo na produção, matéria e quadrinhos, e mesmo sem a notícia da prisão dos membros de *O Pasquim*, o jornal, arranjou uma forma de entretenimento para mostrar aos seus leitores que muitos deles estavam afastados da matéria, informando que houve um surto de gripe, como um aviso satírico e subliminar que boa parte dos leitores acabariam entendendo⁶⁹.

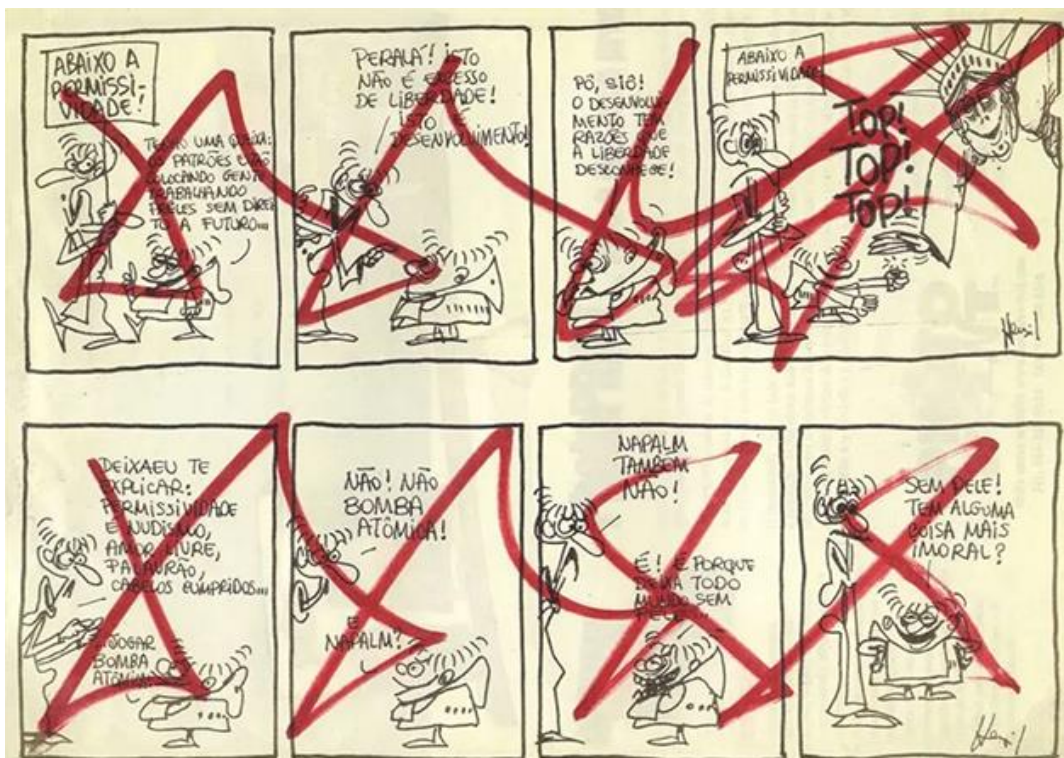


Figura 10 - Exemplo de censura previa em um quadrinho em *O Pasquim*, o censor acreditou que o tema abordado era uma crítica à política internacional e a moralidade que interviria na opinião dos leitores sobre o assunto de uma forma que viria contra o pensamento do Estado⁷⁰

⁶⁹ VAUCHER, T. (2014). *O PASQUIM: ALTERNATIVO E CORAJOSO*. Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF, 11(1). Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4377>>. Acessado em 02 de nov. 2021.

⁷⁰ PAIVA, Vitor. *Hypness*, publicado na internet. Disponível em: <<https://www.hypness.com.br/2019/12/o-pasquim-a-incrivel-historia-do-jornal-de-humor-que-desafiou-a-ditadura-e-ganha-exposicao-em-sp-ao-completar-50-anos/>>. Acessado em 15 de abr. 2022.

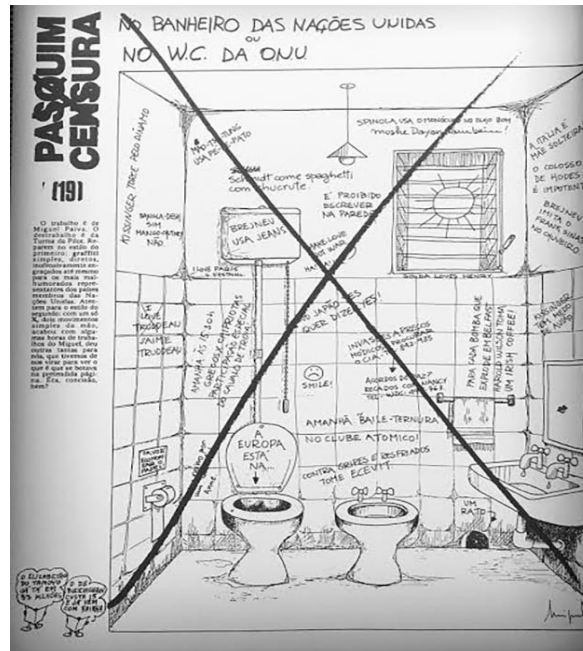


Figura 11 - Outra imagem que foi censurada por ir contra as perspectivas do que poderiam postar pelos censores da época, nessa charge a comparação da política das Nações Unidas com um banheiro fica clara, demonstrando o desprezo com a Europa por estar dentro do vaso sanitário e brincadeiras com órgãos dos Estados Unidos como a CIA.⁷¹



Figura 12 - A charge lançada em 1970 responsável pela prisão de uma parte da equipe de *O Pasquim*. Nela se coloca o famoso quadro de Pedro Américo e em vez do grito da frase “independência ou morte” encontramos “Eu quero mocotó” devido ao emblemático sucesso da época de Jorge Ben lançada pelo Trio Mocotó.⁷²

⁷¹ PAIVA, Vitor. *Hypness*, publicado na internet. Disponível em: <<https://www.hypness.com.br/2019/12/o-pasquim-a-incrivel-historia-do-jornal-de-humor-que-desafiou-a-ditadura-e-ganha-exposicao-em-sp-ao-completar-50-anos/>>. Acessado em: 15 de abr. 2022.

⁷² Ibidem

A redação continuou funcionando até a soltura de alguns membros da equipe, a prisão teve o pretexto de ofender e desvirtuar um “símbolo nacional” de acordo com as “autoridades” ditatoriais.

Após a publicação da charge “Eu quero mocotó” boa parte da redação foi presa e logo na edição seguinte *O Pasquim* teve que publicar uma charge que informava de forma irônica que boa parte da redação estava gripada, essa charge foi o meio que a redação tinha para informar que parte da sua redação estava presa de forma arbitrária e sem direito a ampla defesa.⁷³

É interessante pesquisarmos quem foram os censores no jornal e como muitas vezes a interação com os jornalistas os prejudicavam em seu ofício. Dentre as histórias contadas foi descoberto que a primeira censora de *O Pasquim*, Sra. Marina, a qual ficava na redação, gostava de bebidas alcoólicas, o que para a redação foi uma oportunidade para colocarem uma garrafa de bebida para ela todos os dias em sua mesa. Tendo em vista o ambiente de trabalho ser descontraído pelas figuras que ali habitavam e com pessoas fumando na sala, a censora ficava menos analítica depois de uma bebida, o que ajudava na aprovação das matérias e charges, após algumas liberações que desagradaram os militares enviaram outro censor, o general da reserva Juarez Paes Pinto, esse fazia a análise muitas vezes na praia ou em seu apartamento as pressas. Após o general aprovar uma entrevista com uma antropóloga estadunidense que afirmava que no Brasil existia racismo, o general foi dispensado da função de censor⁷⁴ e passada essa função para o Centro de Informações do Exército em Brasília, o que dificultava ainda mais algumas aprovações. Essa censura prévia nos jornais durou até 1975 “o fim da censura” deixando nas mãos da redação o controle total e responsabilidade do que seria publicado.⁷⁵ ⁷⁶

⁷³ Documentário: *O Pasquim - A Subversão do Humor*. Direção e Edição: Roberto Stefanelli. ABI. 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K_fgG3rATCU&t=2314s>. Acessado em 15 de abr. de 2022.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ VAUCHER, T. (2014). *O PASQUIM: ALTERNATIVO E CORAJOSO*. Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF, 11(1). Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4377>>. Acessado em 02 de abr. 2022.

⁷⁶ CRISTINA DE BARROS QUEIROZ, A. *O PASQUIM: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação*. Revista História & Perspectivas, [S. l.], v. 1, n. 31, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19137>>. Acesso em: 15 abr. 2022.



Figura 13 - O cartum de Millôr Fernandes, a censura se diverte com *O Pasquim*, representando que até os censores se divertiam lendo antes de censura as matérias.⁷⁷



Figura 14 - Vemos outro cartum, esse de Fortuna, demonstrando como era a lógica da censura prévia para os jornais.⁷⁸

3.2 O Rango de Edgar Vasques

É o momento de falar sobre nosso herói, aliás, anti-herói, termo usado para o protagonista da história que não possui atributos e qualidades dos heróis, desde as estórias gregas até os quadrinhos⁷⁹, cartuns e charges. Este personagem que falta educação porque não teve estudos, mora na rua, que nunca conseguiu adquirir imóvel privado, não possui emprego devido a crise de trabalhos dignos e principalmente não luta contra a ditadura, mas sofre em

⁷⁷ PAIVA, Vitor. *Hypness*, publicado na internet. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2019/12/o-pasquim-a-incrivel-historia-do-jornal-de-humor-que-desafiou-a-ditadura-e-ganha-exposicao-em-sp-ao-completar-50-anos/>>. Acessado em: 15 de abr. 2022.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ MONIZ, António. E-Dicionário de Termos Literários: *ANTI-HERÓI*. Disponível em: <<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/anti-heroi>>. Acessado em: 15 de abr. 2022.

suas histórias todas as consequências dela de uma forma deprimente, passando para o seu leitor a realidade do que muitos falam de “milagre econômico”, “pleno emprego” e que a ditadura só reprimiu os que “mereciam”. O seu nome é *Rango* como já havíamos explanado na introdução, seu criador foi Edgar Vasques que falaremos a seguir.



Figura 15 - O *Rango* e seu filho de Edgar Vasques trazendo o conceito de miséria após a ditadura de 1964, frio e fome.⁸⁰

Edgar Vasques nasceu em 5 de outubro de 1949, na cidade de Porto Alegre capital do Rio Grande do Sul, estudou na faculdade de Arquitetura e nela desenvolveu sua profissão e paixão, o desenho. Publicou suas charges pela primeira vez na revista *Grillus*, que era editada pelo Diretório Acadêmico da universidade. Nos anos 70, em meio a ditadura trabalhou em vários periódicos, como a Folha da Manhã do Rio Grande do Sul, o Diário do Sul, as revistas Playboy e Versus e *O Pasquim*⁸¹ onde lança seu personagem principal, *Rango*. Em plena ditadura o personagem voltado a falar da miséria e fome ganha seus holofotes e óbvio incomoda o governo ditatorial.

Seu contato com *O Pasquim* que já era uma aclamada revista alternativa nos anos 70, principalmente pelo humor e situações já citadas, foi por um convite de Ziraldo, cartunista aclamado no Brasil e colaborador assíduo em *O Pasquim*, abrindo uma porta de divulgação enorme no país. Sua primeira publicação em *O Pasquim* ocorre em outubro de 1973 de forma avulsa e após 1976 semanalmente Edgar fazia seis tiras e quadrinhos para a revista.⁸²

⁸⁰ VASQUES, Edgar. RANGO – Porto Alegre: L&PM, 2005.

⁸¹ L&PM EDITORES – Vida & Obra de Edgar Vasques. Disponível em: <https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805135&SecaoID=0&SubsecaoID=0&Template=../livros/la_yout_autor.asp&AutorID=99#:~:text=Chargista%2C%20cartunista%20e%20ex%20C3%ADmio%20aquarelista,de%20resist%C3%Aancia%20C3%A0%20ditadura%20militar>. Acessado em: 15 de abr. de 2022.

⁸² VASQUES, Edgar. *Entrevista* “O humor tem que pegar no pé dos poderosos” de Edgar Vasques, Pai do Rango. BdF Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS – 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/17/o-humor-tem-que-pegar-no-pe-dos-poderosos-diz-edgar-vasques-pai-do-rango>. Acessado em: 15 de abr. 2022.

Em 1977 acontece uma publicação do cartum *O Rango* no periódico que reverbera em um caso de polícia na semana da pátria que se iniciava em 01 de setembro e iria até 07 de setembro, data comemorativa da independência do país. Nesse período o governo ditatorial criou uma imagem com três pombas, uma de cada cor da bandeira (verde, amarelo e azul) junto ao *slogan* “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Edgar Vasques ao ver pessoas passando fome na rua, teve a ideia de criar *Rango* churrasqueando as pombinhas do governo ditador e publica em *O Pasquim*.⁸³

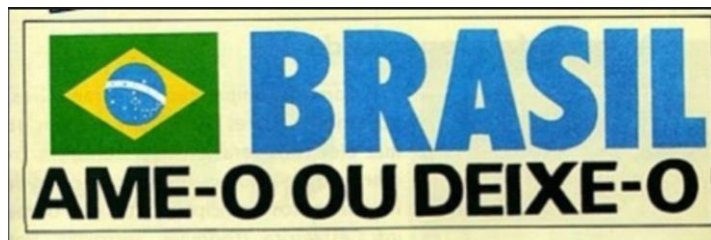


Figura 16 – *Slogan* utilizado pela ditadura de 1970 até 1977, Brasil ame-o ou deixe-o, publicado em Jornal O Globo em 7 de setembro de 1977.

A história da publicação da charge que levou a apreensão de *O Pasquim* no Brasil está escrita em uma entrevista a um *blog* jornalístico, o Brasil de Fato, feita por uma roda de entrevistadores, Kátia Marco, Stela, Centeno e Fraga, ambos jornalistas do caderno Micuim do jornal Brasil de Fato de Porto Alegre:

“Stela – O Rango também te levou para a Polícia Federal..

O Ziraldo me convidou para publicar no Pasquim. Comecei a fazer semanalmente para o Pasquim seis tiras. Foi quando chegou a semana da pátria de 1977.

A ditadura criou uma imagem de três pombinhas, cada uma com uma cor da bandeira do Brasil. É a época do “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Fez essas pombinhas e eu via a fome na rua todo dia. Aí eu fiz o Rango churrasqueando as pombinhas (risos)...

Fomos acusados de estar a serviço de potências estrangeiras. E os caras do Pasquim de receber dinheiro para manchar a imagem do Brasil. O pessoal do Pasquim tirava sarro: “É o ouro de Uganda, o Idi Amin está nos comprando”.(...)”⁸⁴

Como consequências do fim da censura prévia dos jornais, o risco de um jornal sair de circulação por descontentamento do governo ditatorial ainda existia, como foi o caso de *O Pasquim*, que foi retirado de publicação pelo descontentamento do governo repressivo.

⁸³ VASQUES, Edgar. *Entrevistação “O humor tem que pegar no pé dos poderosos”* de Edgar Vasques, Pai do Rango. BdF Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS – 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/17/o-humor-tem-que-pegar-no-pe-dos-poderosos-diz-edgar-vasques-pai-do-rango>. Acessado em: 15 de abr. 2022.

⁸⁴ Íbis idem.



Figura 17 - As tiras de quadrinhos do *Rango* eram postadas em *O Pasquim*, que trazia discussões socioeconômicas de pobreza e falta de direito aos mais miseráveis, *Rango* nesse quadrinho mostra para seu filho que o inimigo número um do Estado não era só a falta de comida ou água, mas quem precisava dos recursos e não tinha como pagar por eles..⁸⁵



Figura 18 - Charge de Ziraldo para *O Pasquim* em outubro de 1977 demonstrando o “com quanto amor” a agenda política ditatorial tratava o brasileiro com o nacionalismo exacerbado daqueles que detinham o poder de forma arbitrária no país..⁸⁶

⁸⁵ Biblioteca Nacional Digital. *O Pasquim* Ano 1974. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&pagfis=15449>>. Acessado: em 15 de abr. de 2022.

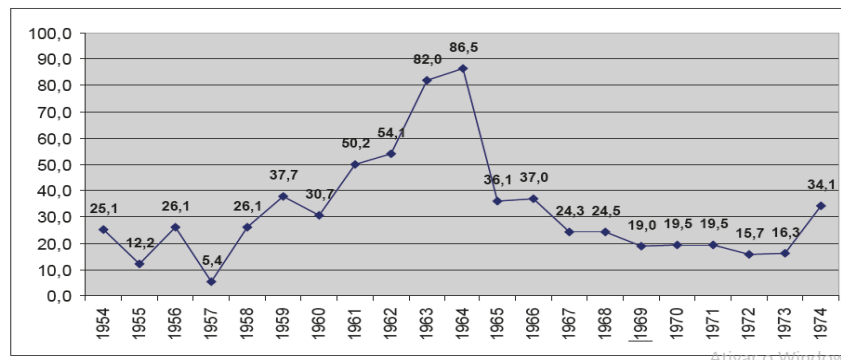
⁸⁶ Questões de vestibular de geografia. Charge Ziraldo. Disponível em: <<https://suburbanodigital.blogspot.com/2018/03/charge-de-ziraldo-brasil-ame-o-ou-deixe-o.html>>, Acessado em: 15 de abr. 2022.

3.3 Quadrinhos e reflexões socioeconômicas

Na utilização de fontes de cartuns, charges e quadrinhos a relação com a verdade é a mesma da análise de uma fonte de matéria jornalística, por isso é necessário cautela na análise desse tipo de fonte. Nas pesquisas temos que avaliar diversos fatores, mas não podemos nos abster de dizer que a imprensa alternativa, além de resistência ao período vivido, se mostrou como uma potente análise social da população que foi afetada de forma negativa com a usurpação do poder de um governo ditador originário do golpe civil-militar de 1964, sujeitos que sofreram com todas as repressões e até mesmo tortura nessa ditadura que teria fim com a carta constituinte de 1988.⁸⁷

Podemos analisar que a economia e o crescimento do Brasil estavam mais baixo no governo de Jango e após o golpe civil-militar houve crescimento considerável na economia no Brasil. Esse crescimento não foi instalado com reformas sociais e sim construindo a base da desigualdade social, vemos isso com base no IGP-M,⁸⁸

Figura 19 –Índice Geral de Preços (IGP-DI) FGV em porcentagens, Brasil anos 1954 até 1974.

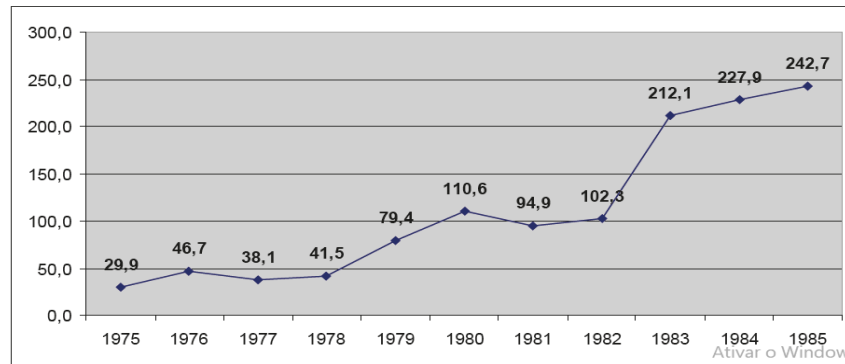


Fonte – IPEADATA (2022, s.p.).

Figura 20 –Índice Geral de Preços (IGP-DI) FGV em porcentagens, Brasil anos 1975 até 1985.

⁸⁷ PINTO, José Marcelino de Rezende. O Golpe de 1964 e o financiamento: ditaduras não gostam de educação. São Paulo. RBPAAE - v. 30, 2014. n. 2, p. 287-301

⁸⁸O IGP-M acompanha os valores de itens como combustíveis, tijolos e café. Ele é um índice de medição de preços Instituto Modal – Blog de economia modal mais. 2021. Disponível em: <<https://www.modalmais.com.br/blog/igpm>>. Acessado em: 15 de abr. 2022.



Fonte – IPEADATA (2022, s.p.).

Como podemos conferir nas planilhas do IGP-M o crescimento nos preços após a ditadura de 1964 fez com que os valores se elevassem, com o aumento desse índice o mercado de consumo aumentava para investidores externos importarem no Brasil, o capital estrangeiro seria bom para o crescimento do país, porém sem as reformas necessárias e a inclusão social o recurso não era bem distribuído entre a população. A desigualdade social crescia cada vez mais, fazendo com que o “milagre econômico” em tempo de ditadura fosse uma separação de classes econômicas e uma grande bolha inflacionaria que estouraria exatamente nos anos que o governo ditador militar desistisse do governo.⁸⁹

O projeto do “milagre econômico” da ditadura foi adotado pelo Estado para alinhar o intenso desenvolvimento observado no setor industrial do governo de Juscelino Kubitschek ao sistema financeiro nacional retrógrado, que teria como o papel de financiador da retomada do desenvolvimento no Brasil. Esse projeto contava com bancos de diversos portes no país para desenvolvimento, porém descentralizaria o poder de controle de desenvolvimento do Estado para os bancos, tornando o Estado um mero fiscalizador e normatizador na época. Assim os bancos, inclusive privados, teriam maior papel, além da guarda do dinheiro no Brasil, também fomentariam a economia com a liberação de crédito, investimentos e cobrança de juros.⁹⁰

O governo ditatorial militar pós 1964 deixou marcas ainda mais severas no desenvolvimento educacional, adotando medidas ultrapassadas, excluindo estudos científicos aplicáveis na pedagogia e dificultando o repasse de recursos para a sociedade. O professor e Doutor em economia pela UFRJ, Carlos Geraldo Langoni, traz a ideia que a distribuição de renda havia piorado pois o governo migrava as pessoas de locais conhecidos como de “baixa produtividade”, cidades pequenas e povoados para os de “alta-produtividade”, como grandes

⁸⁹ COELHO, Rodrigo Pereyra de Sousa. *A economia da ditadura militar brasileira: notas didáticas da disciplina formação sócio-histórica do Brasil III*. Revista Universitas – Ano.10. N.19 de 2016. p.12-26.

⁹⁰ MACARINI, José Pedro; et. al. *A política bancária do regime militar – o projeto de conglomerado (1967-1973)*. Campinas..v. 16. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/hJT7nd3GZ5btFYZkgw3zsXb/abstract/?lang=pt>>. Acessado em 15 de abr. 2022.

capitais, exigindo um aumento de pessoas com maiores formações, sem que o Estado suprisse essas demandas. As demandas foram supridas por escolas técnicas que ficariam nos centros das capitais, entretanto, o ensino se aplicaria ao básico para o trabalhador.⁹¹

O monopólio da educação para a elite provocaria uma desigualdade social sem igual na ditadura:

“as políticas educacionais adotadas pelo regime de 1964 consolidaram e reproduziram desigualdades já existentes na sociedade brasileira. Para Fishlow, portanto, são os níveis prévios de renda familiar que fundamentalmente determinam o acesso à educação, e não o contrário[...] Ou seja, o acesso à educação era monopolizado pelas classes de renda mais elevada e a probabilidade de crianças pobres virem a receber maiores rendas no futuro era relativamente baixa e fortemente influenciada pelo status dos pais. Portanto, na medida em que a classe privilegiada detinha o “monopólio” ao acesso a educação, não existiria uma condição de igualdade de oportunidades, o que garantia a própria reprodução e perpetuação das desigualdades existentes(...)”⁹²



Figura 21 - Algumas situações são citadas por representatividade nos quadrinhos dos jornais, como no caso de *Rango* de Edgar Vasques, onde a discussão sobre “(...)afinal que é que resolve o problema da casa própria? (...)”, demonstrando a ideia de que a população mais carente se quer fazia parte do projeto econômico do governo ditador.⁹³

⁹¹ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano. In: O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e integração de renda (1967-1973). RJ: Civilização Brasileira, 2003. p. 231.

⁹² BARONE, Ricardo Stazzacappa et al. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. Instituto de Economia Unicamp, 2015. p. 11. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3386&tp=a>. Acessado em 15 de abr. 2022.

⁹³ VASQUES, Edgar. RANGO – Porto Alegre: L&PM, 2005.



Figura 22 - Nessa tira de *Rango* de Edgar Vasques, o neoliberalismo econômico é retratado no quadrinho de forma satírica para representar que a classe menos abastada, os pobres, miseráveis, entre outros não encaixavam na proposta exclusiva da ditadura, trazendo quem estava a margem mais longe das conquistas econômicas por falta de políticas públicas.⁹⁴



Figura 23 - Continuando com *Rango* de Edgar Vasques as reformas já pleiteadas no governo de Jango não vingam na ditadura e o destaque “PM MATA” representando o cotidiano de notícias.⁹⁵



Figura 24 - Nessa tira de quadrinho vemos *Rango* indagando o protesto de outros personagens, seu filho e amigo protestando por reformas que nem eles sabem por onde começar, isso devido a necessidade de tantas mudanças na época da ditadura.⁹⁶

94 Ibis Idem

95 VASQUES, Edgar. RANGO – Porto Alegre: L&PM, 2005.

96 IBIS IDEM

Acompanhamos até aqui desde o início do golpe que instaurou a ditadura em 1964 até seu reflexo na imprensa, principalmente a imprensa alternativa, onde dela tiramos cartuns, charges, tiras de quadrinhos, entre outros que representavam e representam o que a política e economia refletiam para uma sociedade sem democracia por um todo, direitos tolhidos, torturas, jornais fechados, prisões arbitrárias, tudo isso de forma cômica com sátiras sobre a situação.

Revistas como *O Pasquim* foram um marco para a comunicação, desde sua escrita simples até a oposição que fariam a ditadura, cartunistas como Ziraldo, Glauco, Henfil, Edgar Vasques, e outros tão importantes quanto, nos mostraram a visão de uma sociedade que foi abandonada, desigual, demonstrando que o “milagre econômico” não foi para todos. Como exemplo, temos *Rango*, personagem criado e inspirado em pessoas necessitadas, desabrigadas, desempregadas e por vezes em situação de rua. Esse foi o Brasil e a política adotada por um governo ditatorial que usava armas para justificar sua incoerência nas leis, usava dos “bons costumes” para justificar atrocidades, que não permitia fiscalização de seus feitos, pois suas instituições estavam corrompidas e amedrontadas.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa teve cronologicamente que percorrer os acontecimentos antes do golpe civil-militar de 1964 até todos os seus fenômenos que levariam a uma ditadura no Brasil e que tiveram fim apenas com a carta magna, resultado da constituinte de 1988. Antes de todo esse caminho, ocorreram perseguições, fim de direitos fundamentais, atentados aos direitos humanos e o crescimento de uma desigualdade social que impacta até hoje a sociedade.

Nesse contexto apresentamos ao longo da pesquisa nossas fontes, os cartuns, charges e quadrinhos de jornais e revistas, explicando a utilidade e o porquê a sátira dessas figuras, entendemos que em um jornal, revista e periódicos o humor se tornou uma das maiores armas de resistência e subversão a uma ditadura que perseguia e até mesmo matava. Os cartuns foram mais que uma válvula de escape na imprensa, mas uma preciosa fonte histórica de representados com humor em traços simples ou até mesmo extravagantes de seus autores.

Vemos que na ditadura de 1964, desde os decretos dos atos institucionais, principalmente o Ato Institucional nº 5, vários direitos individuais e coletivos foram caçados, desde direitos políticos, a suspensão do *habeas corpus* por crimes de motivação política, censura prévia, como também fechamento do congresso.

A política adotada no Brasil “ame-o ou deixe-o” mostrava cada vez mais que os ditadores, capachos e subordinados estavam em guerra contra a população que de alguma forma queria sobreviver em meio a toda a desigualdade social. Boa parte da grande imprensa foi favorável ao golpe de 1964. Assim restando o papel a imprensa alternativa de fazer diferença na obscura história da ditadura.

A revista *O Pasquim* foi uma das fontes principais, utilizava do humor para burlar até mesmo os censores da ditadura militar, todavia, isso não impediu prisões e repressões. Em meio a todos os acontecimentos não deixamos de analisar como a população que vivia a margem social, a baixo da classe média, caía cada vez mais na miséria. Nesse contexto entramos com as tiras de quadrinhos de *Rango* de Edgar Vasques, um personagem anti-herói, daqueles que incomodava porque comia restos quando tinha, seu filho passava fome, não tinha casa própria e suas estórias eram contadas de acordo com a miséria e desigualdade que se passava em uma ditadura que ampliava a segregação das classes sociais.

A ditadura pós 1964 causou um grande atraso de desenvolvimento social no Brasil, a falta de liberdade democrática foi impactante nesse período histórico. Apesar de sabermos que a mídia e jornais não tem obrigação de serem imparciais com as notícias, nessa pesquisa histórica com charges e cartuns podemos acompanhar os acontecimentos políticos e sociais e

como o humor foi utilizado como instrumento subversivo de um governo ditatorial. As tiras de quadrinho apesar de fazerem rir, muitas vezes alertavam sobre a repressão, censura e a política elitista e antidemocrática praticada naquela época, cabe a nós, nos atentarmos aos sinais para que não se permita repetir conosco e gerações futuras o que aconteceu em tempos cruéis de ditadura como visto nesse trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEIXO, Pedro. Ata da quadragésima terceira sessão do Conselho de Segurança Nacional. Brasil, Brasília – 1968. Acessado em 20/04/2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/reuniao/index.html>

ARENDDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Pag.47.

AUGUSTO, Sérgio. e JAGUAR. *O Pasquim. Antologia, volume 1, 1969 – 1971*. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006.

BADAR, Marcelo Mattos ó. "*O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica*", *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 55, São Paulo, jan./jun. 2008.

BARONE, Ricardo Stazzacappa et al. *A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia*. Instituto de Economia Unicamp, 2015. p. 11. Acessado em 15/04/2022. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3386&tp=a.

BdF Rio Grande do Sul – Entrevistaço “O humor tem que pegar no pé dos poderosos” de Edgar Vasques, Pai do Rango. Porto Alegre – RS – 2020. Acessado em 15/04/2022. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/17/o-humor-tem-que-pegar-no-pe-dos-poderosos-diz-edgar-vasques-pai-do-rango>.

Biblioteca Nacional Digital. O Pasquim Ano 1974. Acessado em 15/04/2022. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&pagfis=15449>.

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 outubro de 1965. Brasília, DF, 1965. Acessado em 25/04/2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_2/ait-02-65.htm.

BRASIL. Ato Institucional nº 3, de 05 de fevereiro de 1966. Brasília, DF, 1966. Acessado em 25/04/2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/ait-05-66.htm.

BRASIL. Ato Institucional nº 4, de 07 dezembro de 1966. Brasília, DF, 1966. Acessado em 25/04/2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_04/ait-04-66.htm.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 dezembro de 1968. Brasília, DF, 1968. Acessado em 25/04/2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_05/ait13-66.htm.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil de 1988. Acessado em 10/01/2020. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br>>.

CAMARGO, Marcia. Instituto Vladimir Herzog. Acessado em 01/09/2019. Disponível em <https://vladimirherzog.org/biografia/>.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Minorias silenciadas: história da censura no Brasil. Ed.Edusp. 2019 op. cit., p. 21-22.

Castro, Monica. O PASQUIM.CPDOC da FGV. Acessado em 19/11/2018. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pasquim-o>.

COELHO, Rodrigo Pereyra de Sousa. *A economia da ditadura militar brasileira: notas didáticas da disciplina formação sócio-histórica do Brasil III*. Revista Universitas – Ano.10. N.19 de 2016. Pag.12-26. junho de 2016.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998. P.517.

CRISTINA DE BARROS QUEIROZ, A. *O PASQUIM: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação (1969-1991)*. Revista História & Perspectivas, [S. l.], v. 1, n. 31,

2009. Acessado em 15/04/2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19137>.

DARNTON, Robert. *Censores em ação: Como os estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 10-11.

DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 26.ago.1961, pp. 162-163).

Documentário O PASQUIM. Biblioteca Nacional Digital. Acessado em 15/04/2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K_fgG3rATCU&t=2314s.

DOMINGUES, Joelza Ester. Ensinar História. Acessado em 01/01/2022. Disponível em <https://ensinarhistoria.com.br/caricaturas-do-segundo-reinado-critica-com-humor-e-ironia/>.

F.M.B. "*Ditadura Militar no Brasil*" em Só História. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2018. Acessado em 02/12/2018 às 21:22. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/ditadura/>

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. In: O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e integração de renda (1967-1973). RJ: Civilização Brasileira, 2003. p. 231.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *Como eles agiam; os subterrâneos da ditadura militar; espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro? : depoimento*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979. 190 p. (Coleção Edições do Pasquim, v. 66).

GOODWIN, Ricky. O PASQUIM na Biblioteca Nacional Digital. Acessado em 15/04/2022. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/o-pasquim/historia-o-pasquim/ricky-goodwin>.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 2.ed. São Paulo: Ática, 1987, p.66.

GRAMSCI, Antonio. *Breves notas sobre a política de Maquiavel*. Caderno 13 (1932-1934). Cadernos do Cárcere. Vol. 03. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012. p. 11 – 112.

Índice Geral de Preços - FGV IBRE. Instituto Brasileiro de Economia. Rio de Janeiro. Ano 2014. Acessado em 15/04/2022. Disponível em <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-03/metodologia-igp-di-atualizado-em-maio-2014-edt291014.pdf>.

Instituto Modal – Blog de economia modal mais. 2021. Acessado em 15/04/2022. Disponível em [https://www.modalmais.com.br/blog/igpm#:~:text=Boa%20leitura!,-,O%20que%20%C3%A9%20o%20%C3%ADndice%20IGP%2DM%20\(ou%20%C3%8Dndice%20Geral,produtos%20ligados%20ao%20consumidor%20final](https://www.modalmais.com.br/blog/igpm#:~:text=Boa%20leitura!,-,O%20que%20%C3%A9%20o%20%C3%ADndice%20IGP%2DM%20(ou%20%C3%8Dndice%20Geral,produtos%20ligados%20ao%20consumidor%20final).

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* - Imprensa: São Paulo, Fapesp, Boitempo, 2004. Pag.129 – 134.

L&PM EDITORES – Vida & Obra de Edgar Vasques. Acessado em 01/04/2022. Disponível em: https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805135&SecaoID=0&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=99#:~:text=Chargista%2C%20cartunista%20e%20ex%20%C3%ADmio%20aquarelista,de%20resist%20%C3%A4ncia%20%C3%A0%20ditadura%20militar.

LARGO, Pedro Corrêa do. *Caricaturistas Brasileiros*. São Paulo: Ed.Capivara. 2009 p.10.

Lemos, Renato. *Uma história do Brasil através da caricatura: 1840-2006*. Rio de Janeiro. Ed. Bom Texto. 2011.

LUTTWAK, Edward. *Golpe de Estado: um manual prático*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991 [1969].

MACARINI, José Pedro; et. al. *A política bancária do regime militar – o projeto de conglomerado (1967-1973)*. Economia e Sociedade, Campinas. v. 16. n° 3, dezembro, 2007. pp. 343-369.

Mendez. Alvaro Gabriel Bianchi. *O que é um golpe de Estado?*. Acessado em 08/09/2019. Disponível em <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>

MONIZ, António. E-Dicionário de Termos Literários: *ANTI-HERÓI*. Acessado em 15/04/2022 Disponível em <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/anti-heroi>.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. Retirado na entrevista: “1964: O Brasil não estava à beira do comunismo”, diz historiador Rodrigo Patto Sá Motta em Publica. Acessado em 14/07/2019. Disponível em <https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/>

MOTTA, Rodrigo P. Sá (Rodrigo Patto Sá). *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rodrigo Patto Sá Motta. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

MOTTA, Rodrigo P. Sá. “1964: O Brasil não estava à beira do comunismo”, diz historiador Rodrigo Patto Sá Motta em Publica. Acessado em 05/06/2019. Disponível em <https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/>.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. Entrevista que explica as batalhas de memória e historiográficas em torno da ditadura. Acessado em 10/10/2020. Disponível em <https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/>.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 09 - 39. maio/ago. 2016.

O PASQUIM na Biblioteca Nacional Digital. Acessado em 15/04/2022. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745>.

O PASQUIM. Rio de Janeiro, 1969. Acessado em 19/01/2022. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&pagfis=22453>.

PAIVA, Vitor. *Hypness*, publicado na internet. Acessado em 15/04/2022. Disponível em <https://www.hypeness.com.br/2019/12/o-pasquim-a-incrivel-historia-do-jornal-de-humor-que-desafiou-a-ditadura-e-ganha-exposicao-em-sp-ao-completar-50-anos/>.

PASQUIM In dicionário Oxford da língua portuguesa. São Paulo, Oxford. Acessado em 02/11/2021. Disponível em <https://www.dicio.com.br/>.

PASQUIM: 50 anos da prisão de uma redação de craques. *Site* da ABN. Acessado em 15/04/2022. Disponível em <http://www.abi.org.br/pasquim-50-anos-da-prisao-de-uma-redacao-de-craques/>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

PINTO, José Marcelino de Rezende. *O Golpe de 1964 e o financiamento: ditaduras não gostam de educação*. RBPAE - v. 30, n. 2, p. 287-301 mai./ago. 2014.

Questões de vestibular de geografia. Charge Ziraldo. Acessado em 15/04/2022. Disponível em <https://suburbanodigital.blogspot.com/2018/03/charge-de-ziraldo-brasil-ame-o-ou-deixe-o.html>.

RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. Rev. Bras. Hist. vol.22 no.44 São Paulo 2002. Acessado em 17/09/2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200010>

SCHWARCZ, Lilia M; Starling. *Heloísa. Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras. 2016.

SILVA, José Afonso. *Curso de direito constitucional positivo*. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 88.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STEFANELLI, Roberto. *O Pasquim - A Subversão do Humor*. Documentário TV Câmara de 2004. Acessado em 15/04/2022. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/131344>.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64*. Ed. Brasiliense, São Paulo. 1984.

TOLEDO, Caio Navarro. *Democracia populista golpeada, op. cit.*, Ed. Unicamp. São Paulo. 1997.

VASQUES, Edgar. RANGO – Porto Alegre: L&PM, 2005.

Vaucher, T. (2014). O PASQUIM: ALTERNATIVO E CORAJOSO. *Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF*, 11(1). Acessado em 02/11/2021. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4377>.

VAUCHER, Thiago Araujo. *O Pasquim: alternativo e corajoso*. Revista Semina. V11, nº01-2012

ZUMPICHIATTI, Leonardo. *Jango e a china um legado socialista de paz e amizade*. Acessado em 10/05/2021. Disponível em <https://www.pdt.org.br/index.php/jango-e-a-china-um-legado-paz-e-amizade/>.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Felipe Monteiro Brandão, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Quadrinhos do personagem *Rango* de Edgar Vasques na revista *O Pasquim*: Uma representação socioeconômica populacional do Brasil em 1974” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Em 30 de abril de 2022